

**REVITALIZAR** Projeto dará descontos em impostos para que donos de imóveis antigos os reformem

# Casarões abandonados poderão ser desapropriados no Centro Histórico

YURI SILVA

Os proprietários de casarões das imediações do Centro Histórico de Salvador que não aderirem ao programa Revitalizar em no máximo cinco anos terão os imóveis desapropriados pela prefeitura da capital baiana.

O projeto, que será lançado na próxima segunda-feira pelo prefeito de Salvador, ACM Neto, prevê descontos de impostos municipais para esses proprietários em troca da reforma dos casarões por eles.

Os benefícios previstos no programa, de acordo com o titular da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego de Salvador (Sedes), Bernardo Araújo, vão desde a isenção do ITIV (Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis) até o perdão das dívidas acumuladas do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

Os donos dos imóveis dessa região também poderão, explica o secretário, receber isenção nas taxas cobradas pela Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) para licenciar as obras e no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), cobrado para autorização de reformas de imóveis.

O objetivo dos incentivos fiscais, segundo Araújo, é fazer com que os proprietários usem o valor economizado por causa das isenções para revitalizar os imóveis da região antiga da cidade.

Serão beneficiados os bairros do Centro, Centro Histórico, Santo Antônio Além do Carmo, Comércio, Saúde, Nazaré, Tororó, Baris, Barbalho, Lapinha e, parcialmente, a Liberdade.

## Desapropriação

Os casarões que continuarem abandonados após o lançamento do programa Revitalizar terão a taxa do IPTU encarecida ao longo do tempo, segundo ele, podendo até ser desapropriados após cinco anos.

Nesses casos, o pagamento será feito ao proprietário com títulos públicos (documento válido para quitar dívidas com o município e que



Bairros do centro de Salvador serão afetados pela iniciativa da prefeitura, que será lançada na segunda-feira

pode ser vendido a terceiros pelo proprietário original). "A ideia é fazer um resgate dos casarões antigos que estão degradados", afirma o titular da Sedes.

"Muitas vezes, os donos dos imóveis não têm dinheiro para fazer revitalização, então criamos esse instrumento que vai possibilitar, com a redução dos impostos, a viabilização da reforma", disse.

Conforme o secretário, após as isenções, os proprietários terão entre 18 e 36 meses (a depender da complexidade das obras) para concluir a requalificação.

"O perdão da dívida do IPTU pode até ser revisto se a intervenção não for feita", explicou Bernardo Araújo, garantindo que a prefeitura vai fiscalizar o cumprimento

**"A ideia do programa é fazer um resgate dos casarões antigos degradados"**

BERNARDO ARAÚJO, secretário

to das regras do programa.

## Uso misto

Ele defende que a iniciativa tende a estimular o uso misto dos imóveis (como moradia e comércio), conforme já foi autorizado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento

**O proprietário que não aderir ao programa de incentivo terá o IPTU elevado ou até o imóvel desapropriado pelo município**

Urbano (PDDU) aprovado este ano. Um dos mecanismos que serão utilizados para isso, conta o secretário, é um desconto de 50% no IPTU, que será oferecido durante dez anos para os donos de casarões que aderirem ao projeto e mantiverem os

imóveis habitáveis e em bom estado de conservação.

"A partir do momento que se estimula a reforma do imóvel, está estimulando-se também o uso deles", equacionou. "A gente defende que os proprietários usem, por exemplo, os andares de baixo para o comércio e os de cima para moradia", afirmou.

Antes de entrarem em vigor, entretanto, essas regras precisam ser aprovadas pelos vereadores da Câmara Municipal de Salvador.

O lançamento da iniciativa, previsto para acontecer na próxima segunda-feira, às 14h30, na Associação Comercial da Bahia, no bairro do Comércio, será marcado pela entrega do projeto de lei que cria o programa Revitalizar ao Poder Legislativo soteropolitano.

**R\$ 2 mi**

é o valor que os negócios inscritos no edital do Pidi podem receber de incentivo fiscal no IPTU e no ISS, conforme regras do programa municipal

**Casas de cultura no Centro terão incentivo fiscal da prefeitura**

O lançamento do Revitalizar vai dividir holofotes com a divulgação de outra iniciativa municipal, o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (Pidi).

Na ocasião, o município abrirá inscrições para o segundo edital do Pidi, voltado para incentivar a criação de galerias de arte, casas de espetáculo, teatros, cinemas e outros tipos de empreendimentos comerciais ligados à cultura na região da Barroquinha, no Centro Antigo.

Com isenções de impostos de até R\$ 2 milhões para cada uma das oito iniciativas selecionadas, o Pidi tem o objetivo de criar a Vila Cultural da Barroquinha, espaço que o secretário Bernardo Araújo define como "uma área de atividade econômica e geração de emprego".

A seleção entre os inscritos, segundo o gestor, será feita pela prefeitura até 12 junho de 2017. Ao todo, serão R\$ 18 milhões em desonerações de IPTU e ISS aos selecionados, calcula Araújo.

Poderão ser beneficiados imóveis localizados na ladeira da Barroquinha, nas ruas do Curriachito, Visconde de Itaparica e Visconde de Ouro Preto, na ladeira das Hortas, na travessa Antônio Bahia e no largo de São Bento. "A ideia é trazer o investimento privado para a região", resume o titular da Sedes, citando critérios para a seleção dos vencedores.

Entre eles está o tamanho do investimento, quantidade de empregos que serão gerados pelo negócio, uso de energia limpa, impacto na requalificação dos imóveis da região histórica da cidade e a quantidade de negros e mulheres empregados.

Outro edital do Pidi, lançado mês passado, terá inscrições até segunda-feira, segundo o secretário. O certame tem o objetivo de incentivar a construção de estacionamentos na Barra e no Centro Histórico.